

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios
Fotografia	Anual		4		
Design do Equipamento e do Espaço I	Anual		8		
Tecnologia do Design I	Anual		3		

QUADRO N.º 7

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios
Desenho III	Anual		4		
Geometria Descritiva III	Anual		3		
História da Arte em Portugal	Anual	2			
Estética II	Anual	2			
Design do Equipamento e do Espaço II	Anual		8		
Tecnologia do Design e dos Materiais	Anual		3		
Ergonomia e Antropometria	Anual		3		

QUADRO N.º 8

4.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios
Desenho IV	Anual		4		
Semiótica	Anual	2			
Teoria e Estudos de Arte	Anual	2			
Ecologia e Reciclagem	Semestral		3		
Biónica	Semestral		3		
Design do Equipamento e do Espaço III	Anual		9		
Tecnologias do Design e da Produção	Anual		3		
História do Equipamento Ambiental	Anual	2			

QUADRO N.º 9

5.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios
Seminário	Anual			2	
Desenho V	Anual			3	
Museologia	Anual	2	2		
Sociologia	Anual	3			
Marketing e Publicidade	Anual	4			
Design e Gestão	Anual	3			
Design do Equipamento e do Espaço IV	Anual		4		

Duração mínima do ano: 30 semanas lectivas efectivas.

Duração mínima do semestre: 15 semanas lectivas efectivas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE**Portaria n.º 359/99****de 18 de Maio**

No seguimento dos princípios estabelecidos pelo Governo no que concerne à melhoria gradual e progressiva dos níveis das pensões prevê-se no n.º 3.º da

Portaria n.º 800/98, de 22 de Setembro, que em 1 de Junho de 1999 as pensões pela mesma abrangidas sofram uma nova actualização extraordinária.

Pretende-se desta forma garantir um valor mínimo da pensão indexado ao montante de remuneração mínima fixada para a generalidade dos trabalhadores deduzida da taxa contributiva máxima do regime geral imputável aos trabalhadores por conta de outrem.

Conforme o estabelecido naquela disposição legal, as percentagens variam entre 65 % e 100 % do valor do salário mínimo já referenciado e os escalões da carreira contributiva entre os 15 e os 40 anos, que, por razões de equidade, fazem considerar inteiramente justificado o facto de se variar assim o limite mínimo de pensão a atribuir a cada titular em função do respectivo esforço contributivo.

Entretanto o Decreto-Lei n.º 49/99, de 16 de Fevereiro, veio fixar o novo valor da remuneração mínima mensal garantido a todos os trabalhadores.

A presente portaria visa, assim, fixar essas percentagens e escalões, de modo a poder dar-se plena aplicação ao novo escalonamento de valores mínimos, numa linha de valorização das carreiras contributivas dos beneficiários do regime geral da segurança social, que o Governo vem desenvolvendo.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto, e do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

1.º A presente portaria tem por objecto a fixação do valor mínimo de pensão previsto no n.º 3.º da Portaria n.º 800/98, de 22 de Setembro.

2.º O valor mínimo varia entre 65 % e 100 % do salário mínimo garantido à generalidade dos trabalhadores, deduzido do quantitativo correspondente à taxa contributiva estabelecida para o regime geral, imputável ao trabalhador subordinado, segundo escalões por anos de carreira contributiva relevantes para a taxa de formação da pensão, nos termos do número seguinte.

3.º O valor mínimo da pensão decorrente da aplicação do estabelecido no número anterior é o constante da tabela seguinte:

Escalões por anos de carreira contributiva	Valor da pensão em percentagem do SMN líquido	Valor mínimo da pensão
15 e 16	65	35 470\$00
17 e 18	67	36 560\$00
19 e 20	69	37 650\$00
21 e 22	71	38 740\$00
23 e 24	73	39 830\$00
25 e 26	75	40 920\$00
27 e 28	77	42 010\$00
29 e 30	79	43 110\$00
31	81	44 200\$00
32	83	45 290\$00
33	85	46 380\$00
34	87	47 470\$00
35	89	48 560\$00
36	91	49 650\$00
37	93	50 740\$00
38	95	51 830\$00
39	97	52 930\$00
40 e mais	100	54 560\$00

4.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Junho de 1999.

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*, em 6 de Maio de 1999.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Presidência do Governo

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/99/M

Alteração à orgânica da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira

O Decreto Regulamentar Regional n.º 3/99/M, de 20 de Março, criou a nova estrutura orgânica da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

O director do estabelecimento, de acordo com o artigo 4.º, é equiparado, para todos os efeitos legais, a director regional, estando sujeito ao regime da função pública, mais concretamente à legislação aplicável ao pessoal dirigente, contrariamente ao restante pessoal, inclusive os directores sectoriais, que estão sujeitos ao regime da lei geral do trabalho.

Nesta conformidade, importa, pois, por uma questão de coerência, uniformizar a natureza do vínculo do pessoal, atribuindo ao director o mesmo estatuto jurídico do restante pessoal.

Neste termos:

O Governo Regional da Região Autónoma da Madeira decreta, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição e da alínea c) do artigo 49.º da Lei n.º 13/9 1, de 5 de Junho, o seguinte:

Artigo 1.º

O artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/99/M, de 20 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

Director

1 — A EPHTM é dirigida por um director.

2 — O director é contratado, por livre escolha do Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional de Educação, em regime de comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos, de acordo com a lei geral do trabalho.

3 —

Artigo 2.º

O quadro de pessoal da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, a que se refere o artigo 22.º, constante do mapa anexo I, é alterado de acordo com o mapa anexo I ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 15 de Abril de 1999.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Assinado em 30 de Abril de 1999.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.